
INTERAÇÃO PRESIDENCIAL E O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID-19

RICARDO UHRY (1)
ÁLVARO NUNES LARANJEIRA (2)

Resumo

No momento em que o mundo se depara com a batalha frente ao Covid-19, que já matou mais de 151 mil pessoas e infectou mais de cinco milhões de brasileiros, examina-se o processo de interação do Presidente da República Jair Bolsonaro com cidadãos brasileiros. Os achados iniciais indicam aspectos complexos: (a) uma postura contraditória entre a interação presidencial e a comunicação oficial do Estado para fazer frente ao desafio do Covid-19, (b) a falta de coordenação das ações, o que contribui com mais mortes, (c) sua incapacidade de interagir comunicativamente para fazer frente à ameaça virótica e (d) um paradoxal medo de enfrentar a pandemia.

Palavras-chave: *Comunicação oficial, Interação, Presidente, Covid-19, Morte.*

Resumen

En un momento en que el mundo enfrenta la batalla contra el Covid-19, que ha matado a más de 151 mil personas e infectado a más de cinco millones de brasileños, se examina el proceso de interacción entre presidente de la República Jair Bolsonaro y los ciudadanos brasileños. Los hallazgos iniciales señalan aspectos complejos: (a) una postura contradictoria entre la interacción presidencial y la comunicación oficial del Estado para enfrentar el desafío Covid-19, (b) la falta de coordinación de acciones, que contribuye al mayor número de muertes, (c) su incapacidad para interactuar

comunicativamente para enfrentar la amenaza viral y (d) un miedo paradójico de enfrentar la pandemia.

Palabras clave: *Comunicación oficial, Interacción, Presidente, Covid-19, Muerte.*

Abstract

At a time when the world is facing the battle against Covid-19, which has already killed more than 151 thousand people and infected more than five million Brazilians, the process of interaction of the President of the Republic Jair Bolsonaro with the Brazilian citizens is examined. The initial findings indicate complex aspects: (a) a contradictory stance between presidential interaction and official communication from the State to face the Covid-19 challenge, (b) the lack of coordination of actions, which contributes to more deaths, (c) his inability to interact communicatively to face the viral threat and (d) a paradoxical fear of facing the pandemic.

Keywords: *Official communication, Interaction, President, Covid-19, Death.*

(1) Doutorando em Comunicação e Linguagens (Universidade Tuiuti do Paraná UTP), Mestre em Administração: estratégia de gestão do conhecimento (UFPR), membro dos grupos de pesquisa INCOM Interações comunicacionais, Imagens e Culturas Digitais (UTP). E-mail: ricardouhry@yahoo.com.br.

(2) Professor Doutor do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Linguagens (UTP), coordenador do Grupo de Pesquisa PPGCom UTP JOR XXI

1 INTRODUÇÃO

Final de setembro. Com a chegada da primavera, cada vez mais pessoas saem às ruas, vão às aulas, às compras, às praias, aos bares no fim de semana, sugerindo descuido com relação às medidas de enfrentamento da pandemia Covid-19, e as mortes só aumentam. Por quê isto ocorre? O Brasil soma mais de 142 mil mortes acumuladas frente a um milhão de mortos no mundo todo; está em segundo lugar em número de óbitos; no número de casos posiciona-se em terceiro lugar; em mortes por milhão, ocupa o terceiro lugar.

Enquanto outros continentes se recuperam, o Brasil consolida-se como segundo país mais afetado pela pandemia no mundo, só abaixo dos Estados Unidos. As causas de tantas mortes podem estar relacionadas com o negacionismo presidencial e a falta de coordenação entre os governos federal, estaduais e locais. Em suma, trata-se de uma combinação de “condições biológicas, negligência política e demora para agir” (CASTANHO; BALAGO, 2020).

O processo de interação comunicativa de quem ocupa a presidência da República está devidamente documentado jornalisticamente e disponível on-line na Web, o que nos permite fazer uma análise discursiva de como o líder político em questão se comporta diante de uma ameaça virótica global que causa muitas mortes, o que, por sua vez, pode estar correlacionado com a sua postura incongruente frente à pandemia.

Uma importante questão a respeito do chamado “vírus da ideologia” coronavírus Covid-19 foi levantada por Žižek (2020): “o que está por trás do pânico demonstrado pelas autoridades?”. Esta é uma das questões que norteia o presente estudo de caso, em que se colocam as perguntas: como é a interação comunicativa do presidente com os cidadãos brasileiros? Por que o medo de enfrentar a pandemia?

2 METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada neste estudo de caso único (YIN, 2001, p. 61-67) coloca o foco no processo de interação comunicativa do político que está ocupando a presidência do Brasil. Para tal, serão selecionadas como fontes de evidências e de indícios de sua interação, documentação jornalística on-line - disponível na Web - , e aplicadas técnicas de pesquisa indiciária (BRAGA, 2008, p. 74-88; GINZBURG, 2007) e de análise de discurso (FAIRCLOUGH, 2001; GREIMAS; LANDOWSKI, 1986). Para fazer as relações que se propõe neste estudo, Braga (2008, p. 87) alerta para o cuidado de que é “preciso inferir, através do exame de indícios pertinentes para isso, o que é propriamente comunicacional e o que deriva de circunstâncias sociais de outras ordens”. Assim, ao examinar o caso singular da interação do Presidente brasileiro com a população frente à pandemia, busca-se não só examinar este processo, mas também refletir sobre a postura do Presidente para enfrentar desafios globais como o vírus e tecer considerações finais.

3 INTERAÇÃO PRESIDENCIAL

O advento da pandemia coronavírus SARS-Cov-2 (Covid-19) pode ser considerado como um acontecimento inesperado, que apareceu na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo todo. Diante disso, faz-se análise da interação presidencial e se examina a postura do dirigente político frente à pandemia desde o dia 6 de fevereiro de 2020, quando o governo do Brasil tornou públicas “as medidas para enfrentamento” do coronavírus, estabelecidas em Lei N.º 13.979, que foram aprovadas pelo Poder Legislativo e sancionadas pelo Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e seu Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, os quais assumiram papéis actanciais de “actantes-sujeitos” dotados de modalidades “querer-fazer, saber-fazer e poder-fazer”, de acordo com a semiótica de Greimas e Courtés (1983, p. 11-12).

Apresentadas a pandemia e a ação do Estado brasileiro, vamos nos ocupar da comunicação. A primeira indagação é em relação à forma de comunicação que predomina para o enfrentamento da pandemia. O Brasil tem uma estrutura comunicacional que envolve leis que disciplinam o funcionamento do Estado brasileiro, entre as quais se situa a comunicação oficial, que é a que engloba as informações públicas oficiais, ela parte do Legislativo e é sancionada pelo Executivo. A comunicação oficial envolve “questões ligadas à comunicação entre Estado, governo e sociedade” (MATOS, 1999), o fluxo

comunicacional entre o Estado e o cidadão para a vivência democrática. A comunicação oficial deveria estar contida na comunicação pública, no entanto, na visão de Mattos (2007), a esta última “tem sido subestimada no Brasil”, reduzida “a aspectos secundários”, embora devesse considerar “todos os agentes sociais, conferindo a cada um peso específico. Jornalista, legislador, cidadão.”. Sendo assim, a comunicação pública é uma “ação coletiva sobre questões de interesse público, cujo objeto é a tomada de decisões consensuais para benefício mútuo” e que “tende a promover um ambiente de confiança e cooperação entre os agentes” (MATOS, 2007, p. 56-57).

A “cooperação” não é o que se verifica no caso em estudo, pois, ao contrário, evidencia-se uma postura centralizadora do Presidente: “[em] algumas pessoas do meu governo, algo subiu à cabeça deles. Estão se achando demais. Eram pessoas normais, mas, de repente, viraram estrelas, falam pelos cotovelos, têm provocações”, referindo-se aos seus ministros. Há uma espécie de “lei do silêncio”, que tolheu inclusive seu próprio porta voz, que foi demitido. O Presidente não aceita declarações que contrariam suas posições públicas: “Quem manda sou eu, vou deixar bem claro. Eu dou liberdade para os ministros todos, mas quem manda sou eu.” (URIBE; CARVALHO, 2020).

Para ser considerada “comunicação pública”, Duarte (2007, p. 59) registra que é exigido: “(a) compromisso em privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual e

coletivo; (b) centralização do processo no cidadão; (c) ser mais do que um processo informativo; (d) adaptação às necessidades dos públicos; (e) assunção da complexidade, tratando como um todo uno” (Adaptado de DUARTE, 2007, p. 59). Do que se sugere que o presidente privilegia mais o “individual”, de forma centralizadora.

Com relação às exigências e às considerações, parece que, a princípio, as medidas de enfrentamento previstas na Lei não podem ser caracterizadas como comunicação pública, mas sim, podem ser consideradas como “Comunicação Oficial”, que seria a comunicação oficial pública do Estado brasileiro por meio da qual se estabelece, em leis, o “poder-fazer” dos actantes-sujeitos, o que será relacionada com a comunicação interativa do Presidente da República.

Diante desse contexto, consideramos: 1º. a Comunicação Oficial, que é como definimos a comunicação do Estado, que engloba as ações conjuntas do Legislativo e do Executivo que criaram a Lei; 2º. a Comunicação interativa de um cidadão que está desempenhando a função de Presidente da República e que se manifesta falando, dando entrevistas, fazendo lives na Internet, participando de videoconferências etc. Assim, para efeito deste estudo, delimita-se a análise e exclui-se a comunicação pública da Secom e do Ministério da Saúde e dos demais órgãos do Executivo, devido à tendência centralizadora do presidente.

O pressuposto que se assume é que a interação presidencial é instrumento comunicacional frente à pandemia e que a comunicação oficial estabelece o marco legal. Definimos interação como a comunicação de pelo menos duas pessoas, na qual se pressupõe convívio, diálogo, trato, contato constante, mas também envolve discórdia, confronto de percepções e contingências. A interação é, portanto, atividade compartilhada, em que existem trocas e influências recíprocas, um conjunto de relações entre indivíduos, grupos ou mesmo entre grupos (adaptado de UHRY, 2010, p. 20).

No processo de interação presidencial de Bolsonaro com os brasileiros, destaca-se seu costume diário de sair da residência oficial Palácio da Alvorada e de encontrar-se com cidadãos no “cercadinho”, local no qual interage. Também costuma fazer visitas nas cercanias de Brasília e de cidades satélites, ainda que essas práticas estejam em desacordo com o isolamento social estabelecido em Lei N.º 13.979, sancionada pelo próprio Presidente Bolsonaro, e defendidas pelo Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta.

Dados estes fatos pode-se evidenciar que, apesar de ter sancionado a Lei, o Presidente da República assume uma postura de negação da pandemia: “está superdimensionado o poder destruidor desse vírus” (9 de março); “é muito mais fantasia” (10 de março); 20 de março, 11 mortos por Covid19: “uma gripezinha” (URIBE; CHAIB; COLETTA, 2020), como se não acreditasse

que o vírus seja uma realidade e possa matar, o que é típico do medo em relação ao acontecimento, por não conseguir enfrentar a existência uma guerra virótica no Brasil. Em 26 de março, com 77 mortos: “brasileiro não pega nada” de vírus (CARVALHO, 2020, p. A6).

A interação de Bolsonaro contra a medida de isolamento social implica mais do que a negação do perigo do vírus. Em primeiro de abril disse: “vírus é igual a chuva. Você vai se molhar, mas não vai morrer” e, no dia seguinte, quando havia 299 mortos, ironizou: “Tá com medinho de pegar vírus?”. Em 12 de abril, havia 1.223 mortos e 22.169 infectados: “o vírus está começando a ir embora”; 20 de abril (2.575 mortos): “eu não sou coveiro”. (CARVALHO, 2020, p. A6).

Apesar disso, o presidente Bolsonaro provocou aglomeração para fazer foto, abraçou pessoas, inclusive um idoso, colocou a mão no ombro delas, entre outras coisas que contrariam as regras recomendáveis de distanciamento social. “Estão destruindo o emprego no Brasil de forma irresponsável, até porque a curva (do vírus) não tem achatado.” Nessa ocasião, Bolsonaro retirava a máscara a todo momento para conversar com os simpatizantes. “Esse vírus vai pegar mesmo, não tem como fugir”. (adaptado de FERNANDES, 2020a).

Podemos confrontar a interação presidencial com o conceito de “competência de comunicação”, que Greimas e Courtés (1979, p. 63) assim definiram:

Conhecimento implícito ou explícito das regras psicológicas, culturais e sociais, pressupostas pela comunicação, não é mais do que a confrontação – contratual ou polêmica – de dois sujeitos competentes: sua competência desigual, positiva ou negativa, é, por um lado, modal (dando lugar a operações de manipulação), e, por outro lado, semântica (explicando a comunicação recíproca do saber e de seus mal-entendidos e ambiguidades).

As “regras psicológicas, culturais e sociais” pressupostas na comunicação são identificáveis e, assim, a interação presidencial pode ser analisada sob a ótica das “competências de comunicação interativa” (UHRY, 2010, p. 88-90). É o que pode servir para avaliar aspectos da capacidade de interação: o Presidente cria condições para fazer críticas úteis e de forma positiva? Será que é útil e lógico criticar as medidas de isolamento social, que foram sancionadas pelo próprio Presidente? E as críticas que o Presidente faz podem ser consideradas fundamentadas a partir de que perspectiva?

Em 14 de maio, com 13.993 mortos, Bolsonaro defende o fim das medidas de isolamento social: “Tem que abrir, vamos morrer de fome, a fome mata. É o apelo que faço aos governadores”, sugerindo terminar o isolamento social (adaptado de CARVALHO, 2020, p. A6). Nessa interação presidencial se evidencia uma divergência entre os “actantes-sujeitos” dotados de modalidades “querer-fazer, saber-fazer e poder-fazer”, uma vez que o actante Ministro da Saúde Mandetta quer “fazer-fazer” valer o isolamento social e o actante Presidente Bolsonaro quer impor “fazer não fazer”.

As medidas defendem os interesses coletivos de preservar a saúde da população, mas o actante Presidente em sua interação parece mais preocupado com interesses individuais. Devido ao conflito gerado em relação à necessidade de cumprimento das medidas de distanciamento social, Bolsonaro acabou demitindo o Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, que explica: "Bolsonaro foi negacionista desde os primeiros dias. A gente tentava trazê-lo de volta para a realidade. Mas ele se recusou. E se recusa até hoje a encarar a realidade, de que é falso o dilema entre economia e saúde (VARGAS, 2020)."

E, contrariando os especialistas, o Presidente Jair Bolsonaro afirmou que o isolamento social não teve impacto no achatamento da curva de infecção do novo coronavírus. "Até porque 70% da população vai ser infectada." Jair Bolsonaro vem descumprindo as recomendações de distanciamento social e passeia por regiões de comércio e promove aglomerações. Embora a flexibilização do distanciamento social seja defendida enfaticamente por ele, o novo Ministro da Saúde, Nelson Teich, defende que "a gente tem uma definição clara: o distanciamento permanece como a orientação". (Adaptado de FERNANDES, 2020b).

Trata-se de uma interação que sugere uma relação de contradição devido ao fato de o Presidente sancionar medidas de enfrentamento da pandemia, que são uma ação frente ao acontecimento (pandemia) e, ao mesmo tempo, interagir de forma contrária, o que caracteriza uma "Comunicação Alternativa", desencadeada a partir da interação do presidente, que é uma forma manipulativa de fazer com que o actante Ministro da Saúde aceite "fazer não fazer" a Lei N.º 13.979, que ambos subscreveram, o que afeta a todos.

Cria-se, a partir disso, a seguinte tensão: se o actante ministro não aceita se submeter, o actante Presidente pode demiti-lo e nomear outro, e mais outro, até encontrar um que se submeta, o que acaba por transformar a ação (Lei, que deveria ser uma prática), em um acontecimento para a população, pois se torna inesperado o que irá ocorrer (adoção ou não das medidas), em lugar do que seria esperado (a adoção das medidas), como se demonstra na figura seguinte.

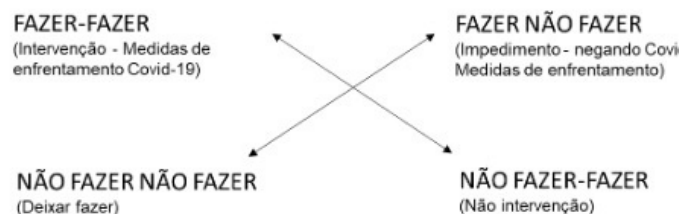


Figura n.º 1: Estruturas modais do tipo factitivo no quadrado semiótico. Fonte: adaptado de GREIMAS; COURTÉS (1983, p. 269).

Na figura referida evidenciam-se as “estruturas modais do tipo factitivo”, uma “configuração discursiva” manipulativa “sustentada por uma estrutura contratual e, ao mesmo tempo, por uma estrutura modal” (GREIMAS; COURTÉS, 1983, p. 270). Dessa forma os actantes estão impelidos a uma “posição de falta de liberdade”, pois, diante da Lei, sancionada sob a égide do “querer fazer, saber fazer e poder fazer,” criou-se a “obrigação de aceitar o contrato proposto” que, no caso concreto, são as “Medidas de enfrentamento do Covid-19”. Isto sugere, então, uma contradição: para fazer frente à pandemia, o Estado adotou “I” ação de intervenção (Comunicação oficial - medidas de isolamento), o que, em decorrência da “II” interação presidencial negacionista, contrária à essa ação (Comunicação alternativa), a transforma em um acontecimento imprevisível. Ao analisar a comunicação interativa do Presidente como estratégia discursiva, sob a perspectiva semiótica, pode-se destacar um cruzamento enunciativo que pode ser associado ao “quadrado semiótico” de Greimas e Courtés (1983, p. 364-368), em que “ao menos dois termos” “I” e “II” se encontram em “distinção de oposição”:

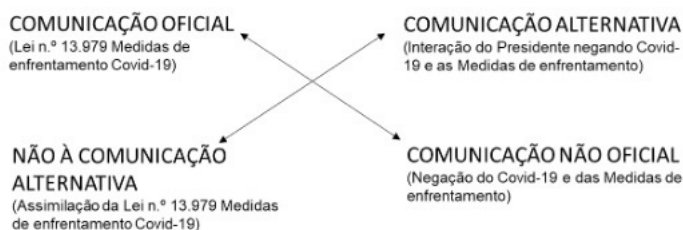


Figura n.º 2: Contradição entre comunicação oficial e interação presidencial. Fonte: autores.

Trata-se de uma clara contradição comunicativa, pois o Presidente oficialmente sancionou a Lei n.º 13.979 (“asserção” Comunicação oficial, “fazer-fazer”), uma ação que estabelece as medidas para enfrentar a pandemia e, em sua interação, coloca-se na postura negacionista (“negação” Comunicação alternativa, “fazer não fazer”), o que pode induzir seus seguidores, simpatizantes e mesmo demais cidadãos a “uma relação de complementaridade”, tornando possível que o negacionismo e o descumprimento das medidas, propostos pela interação presidencial, venham a “produzir essas duas implicações paralelas” (GREIMAS; COURTÉS, 1983, p. 365) inicialmente não previstas (acontecimentos inesperados) e que foram representadas na figura n.º 2:

- (i) O cidadão não seguir as medidas sanitárias, por influência da “Comunicação alternativa”, em decorrência da interação presidencial, o que pode contribuir com mais mortes, e sugere eficácia de uma “Comunicação Não-oficial” de negar o Covid-19 e as Medidas de enfrentamento, por influência do caráter mítico e de movimentos identitários com o Presidente;
- (ii) O cidadão assimilar a “Comunicação oficial” e cumprir as medidas de isolamento social frente à pandemia, o que implica em um “Não à Comunicação Alternativa”, desconsiderando a interação presidencial.

A propósito, pelo fato de a interação envolver a possibilidade de discórdia de um ponto de vista de um actante (presidente) com relação a outro actante (Ministro da Saúde, por exemplo), quer dizer que uma pessoa pode discordar de si próprio? Como alguém sanciona uma lei com medidas das quais discorda? A “modalidade factiva é uma estrutura modal hipotáxica que se constitui uma comunicação contratual” que pode ser associada a “configurações complexas de manipulação” (GREIMAS; COURTÉS, 1983, p. 177-178). Do que se sugere que a manipulação presidencial, por meio da interação, contribui para transformar uma ação (Lei) em um acontecimento inesperado. É a interação presidencial uma prática comunicacional que permite ao presidente encontrar-se com cidadãos brasileiros e interagir, o que caracteriza uma ação de aproximação com o povo e que, ao mesmo tempo, é uma prática que tem força como exemplo e a prática deveria manter coerência com o contexto internacional. Quanto à sugestão para avaliar a capacidade de interação do presidente, a pergunta que se faz é: estaria o Presidente bem informado sobre o mundo e os saberes?

A interação pode ser considerada uma sequência de trocas comunicativas no sentido de expor seu ponto de vista, justificar-se, retrair-se, e mesmo hostilizar entre o político e os cidadãos: a alguns seguidores quer agradar, aos demais, hostiliza e deprecia. Há uma lei sancionada pelo Presidente e sua interação é contraditória.

Da interação presidencial, destaca-se que parece que o político só quer ter contato no “cercadinho” com seus simpatizantes, procurando afastar quem queira dialogar e trazer algum questionamento sobre pandemia, discriminando também a imprensa. É possível propor para avaliação da capacidade de interação do presidente as seguintes questões: ele consegue lidar com conflito e hostilidade? É aberto à crítica? Adota postura defensiva? Aceita dialogar?

Por outro lado, Jones e Gerard (1967) apresentam uma teoria da interação que tipifica os modos que podem ou não ocorrer – contingências – encontrados ou originados das interações, sugerindo que os fatos imprevisíveis ou fortuitos que escapam ao controle dominam toda interação. A pseudocontingência domina quando cada parceiro da interação conhece tão bem o plano de comportamento do outro, que tanto as réplicas quanto suas consequências podem ser perfeitamente previstas, do que resulta uma conduta semelhante a uma peça bem encenada (JONES; GERARD, 1967, p. 512). Essa ritualização pode ser relacionada com a interação entre Bolsonaro e o Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, quando este reafirma e defende as medidas de enfrentamento e aquele as critica e publicamente as descumpra. Para Jones e Gerard (1967), a contingência parece ser a base da constituição da interação pois os planos de comportamento de cada participante da interação são concebidos,

separadamente e, assim, é imprevisível o efeito sobre o outro e podem provocar tanto uma reorganização na estratégia interativa quanto uma modificação de seus planos de comportamento (JONES; GERARD, 1967, p. 512). No caso em estudo, a pandemia traz desafios para uma interação presidencial que aparentemente faz a defesa da economia, assumindo a visão dos donos dos negócios, em detrimento de cidadãos que podem morrer se não houver isolamento. Suas interações claramente opõem-se às “medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública” (BRASIL, 2020) que o próprio presidente sancionou.

Assim, a contingência se transforma em um dos tipos de interação e mostra sua ambivalência produtiva: nasce da interação e, ao mesmo tempo, é sua propulsora. Na relação entre desiguais, considerando a interação do presidente e o cidadão como exemplo, os parceiros podem perguntar-se para saber se controlam a contingência ou se suas imagens da situação transpõem a falta da capacidade de apreender com a experiência alheia de, no caso, não respeitar o isolamento, não usar máscara. As réplicas na reação têm um fim determinado e integram um contexto de ações que funcionam como um horizonte da interação (JONES; GERARD, 1967, p. 512).

Em tal “horizonte de interação”, quando o Presidente ouve algo que o desagrada relacionado à pandemia ou aos mortos, por exemplo, terceiriza a culpa dizendo que a responsabilidade é dos governadores,

dos prefeitos, do Ministério da Saúde. Contrariado com cobranças, chegou mesmo a ameaçar de não ir mais no “cercadinho” para conversar com o povo. Sobre tal aspecto, é possível acrescentar na avaliação da capacidade de interação do Presidente outros questionamentos: consegue negociar e apelar para mediação quando necessário? É capaz de discutir pontos de vista e fazer parcerias? A propósito, Fiorin (2019) fez análise do discurso de Bolsonaro, em que destacou:

Esse discurso maximiza os extremos, eliminando a moderação na política, pois a vê como conflito, preferindo os confrontos, priorizando uma lógica de guerra permanente no país, fechando o espaço para consensos, negando-se a resolver as diferenças pela discussão e a negociação (FIORIN, 2019, p. 381).

No caso em análise, com relação à pandemia, não há negociação, mas confronto. Evidencia-se uma postura contraditória em que há “medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública” (BRASIL, 2020), e o Ministério da Saúde recomenda isolamento social e uso de máscaras de proteção em relação ao vírus, mas o presidente na sua interação desconsidera e as hostiliza (apesar de a ter sancionado!), interagindo contra o isolamento social recomendado e desprezando o uso de máscaras. Trata-se de uma atuação interativa e conflitiva paradoxal com o seu auxiliar ministro. Pode ser visto como contraditórias as falas do presidente e ministros da Saúde, quando o presidente adotava interação antagônica à

Comunicação Oficial e a dos ministros e às recomendações do Ministério da Saúde. No caso, evidencia-se uma interação que foge aos conceitos de simétrica ou complementar e pode ser considerada autoritária e prepotente, em que o Presidente leigo na área de saúde recomenda impositivamente o uso de cloroquina e hidroxicloroquina, que é desaconselhado pelos médicos especialistas e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo órgão de controle de saúde norte-americano Food and Drug Administration (FDA), o que levou ao pedido de demissão de Nelson Teich, Ministro da Saúde que não queria se submeter à recomendação descabida de Jair Bolsonaro. Na avaliação da capacidade de interação do presidente, cabe a questão: evidencia tolerância na conversação, permitindo o retorno do outro e respeitando a contra palavra (feedback)? Seguiu-se a nomeação de um general da ativa, Eduardo Pazuello, um leigo e sem expertise na área de saúde e que, submisso, subscreveu sua ordem de recomendação do remédio. Na avaliação da capacidade de interação do Presidente, cabe também questionar: percebe-se o Presidente aberto a conhecer as ideias alheias, receber sugestões e interagir? Consegue estimular o outro a dialogar, buscando convivência? É o que pode ser relacionado com a "contingência assimétrica", que domina quando o parceiro da interação, no caso o atual ministro interino da saúde Eduardo

Pazuello, renuncia à atualização de seu próprio plano de comportamento e segue sem resistência o parceiro interativo Bolsonaro, ou seja, submete-se, adapta-se e é ocupado pela estratégia de conduta interativa de Bolsonaro (JONES; GERARD, 1967, p. 512).

Chegou-se a limitar as informações sobre a situação da Covid-19 no Brasil. "Ao acumular dados, além de não indicar que a maior parcela já não está com a doença, não retratam o momento do país", disse Bolsonaro em rede social, complementando que, com isso, "acabou matéria no Jornal Nacional". Os principais jornais montaram um consórcio para ter acesso aos dados junto às secretarias de saúde dos estados (Adaptado de BATISTA, 2020). Para avaliar a interação é possível colocar: percebe-se o Presidente aberto aos acontecimentos? Como age, quando as informações não agradam?

Os aspectos destacados da interação do Presidente podem ser relacionados com os números crescentes de mortes pela pandemia e dão uma ideia como ele está se saindo na administração da pandemia, ao incentivar implicitamente o descumprimento das "medidas de enfrentamento" da pandemia. "Se a economia afundar, afunda o Brasil", disse, salientando os efeitos econômicos das "medidas," destacando os "empregos destruídos, informais sem renda, país à beira da recessão", o "efeito colateral do combate

ao vírus não poderia ser pior que o próprio vírus”; “excesso de preocupação apenas com uma questão [saúde] e não podia despreocupar com a outra [economia] (adaptado de CARVALHO, 2020, p. A6). A competência de interação comunicativa do presidente a ser avaliada pode ser: “Consegue formular argumentações com proficiência?”. Assim, fica para reflexão a avaliação da competência interativa presidencial frente à pandemia.

4 ENFRENTAMENTO DO MEDO DA PANDEMIA

Dessa forma, os brasileiros se defrontam com uma sombra pairando sobre eles na forma de um vírus, o que os faz lembrar que a morte pode continuar acontecendo em decorrência da inabilidade interacional de nosso líder político. A pandemia nos lembra de nossa finitude e pode provocar o reexame de nossa vida. Fazer com que se defrontem com uma análise crítica da interação de um político eleito para enfrentar os desafios que a realidade global coloca e que tem demonstrado incapacidade de assumir seu papel de nos salvar do monstruoso vírus com apoio dos “deuses” da ciência, algo que o Presidente desconsidera como se fosse desimportante.

No momento que, com seu medo de enfrentar o desafio mortal, a interação do Presidente brasileiro prega o fim do isolamento social e a reabertura do comércio, dos shoppings e outros locais de aglomeração, estará implicitamente banalizando a morte de seus cidadãos?

Quem também refletiu sobre o temor da morte foi Kübler-Ross (2017, p. 5-14), ao destacar que os acontecimentos “são responsáveis pelo crescente medo da morte, pelo aumento do número de problemas emocionais” e que precisamos melhor compreender a morte e o morrer. A possibilidade da morte provoca um “medo universal, mesmo sabendo que podemos dominá-lo em vários níveis” pois a ciência nos proporciona “melhores meios de nos prepararmos e às nossas famílias para este acontecimento inevitável”.

Ao tempo que Kübler-Ross (2017) propõe a questão “estamos nos tornando mais ou menos humanos?” ao lidar com a morte e o morrer, ela traz uma explicação construída na interação com os que tomaram conhecimento da fase terminal de sua doença, que é apresentada a seguir em forma de estágios que podem ser relacionados com a pandemia:

(i) Negação e isolamento: a primeira reação do paciente é que “não pode ser verdade”, que é uma defesa temporária, não se consegue enfrentar a triste realidade, o que é substituído por aceitação parcial, ou pelo isolamento mais que a negação (KÜBLER-ROSS, 2017, p. 43-54).(ii) Raiva: a segunda reação do paciente é raiva, inveja dos sadios, ressentimento, muitas mágoas que já estavam reprimidas, a revolta contra Deus e as pessoas (KÜBLER-ROSS, 2017, p. 55-86).(iii) Barganha: a terceira reação do paciente é uma barganha com Deus que, se decidiu nos levar deste mundo e ainda não atendeu nossos pedidos dos estágios anteriores, é a quem devemos apelar com calma e quem sabe venhamos a ser recompensados por bom comportamento e venhamos a receber um prolongamento da vida, ou dias sem dor (KÜBLER-ROSS, 2017, p. 87-90).(iv) Depressão: a quarta reação do paciente é entrar em depressão, com aumento da tristeza, sentimento de culpa e aflição diante da realidade de ter de se preparar para deixar este mundo (KÜBLER-ROSS, 2017, p. 91-116).(v) Aceitação: a quinta reação do paciente é aceitar e poder contemplar seu fim próximo com certa “tranquila expectativa”, quase uma “fuga de sentimentos” (KÜBLER-ROSS, 2017, p. 117-142).

Tais estágios podem ser associados com alguém que tenha contraído o vírus Covid-19. A parte mais triste é que o infectado não pode contar com o apoio próximo de seus parentes e amigos que, por sua vez, não podem fazer a despedida adequada, no caso de morte. É possível fazer uma correlação com a pandemia, do que se destaca: (i) a negação: em 5 de junho, com mais de 35.000 mortos, o Presidente resolve não mais divulgar, como se tentasse esconder os números de mortos para resolver a questão: “É para pegar dados mais consolidados”. E mesmo com o aumento nos números de mortes e infectados, Bolsonaro, junto ao Ministério da Saúde, continua a negar a pandemia e a tentar “esconder” dados. Há uma crise em que se evidencia muito medo: o Presidente quer mudar o número das mortes aceitáveis, corrigir os índices desfavoráveis (“evitar subnotificações e inconsistências”), e que o levam a disparates como “vamos esconder os números de mortos” (BATISTA, 2020), quando chegou aos 35.000 brasileiros mortos pelo Covid-19.

A segunda fase (ii), a raiva da pandemia, acabou virando um lamento raivoso em 28 de abril, com 5.083 mortes: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre” (CHAIB; CARVALHO, 2020). Sua interação é no sentido de o Presidente estar com medo de enfrentar a pandemia e, ao mesmo tempo, com muita raiva de que a “gripezinha” venha matando. Justifica que não pode fazer milagres, sendo Messias só de nome e sentindo raiva de não ser capaz de enfrentar o vírus.

Bolsonaro finalmente chega à quinta fase, (v) a da aceitação, pelo menos nos momentos seguintes: em 3 de maio, com 7.025 mortos e 101.147 infectados, finalmente admite: “Muitos perderão a vida, é uma realidade.” Em 7 de maio, diante de 9.146 mortos e 135.106 infectados, o presidente da República consola os familiares dos mortos dizendo que há “um bem muito maior que a própria vida, que é nossa liberdade”. Que interação, em que oferece o consolo da liberdade aos familiares dos mortos!? Que “liberdade” é essa? Em 2 de junho, diante de 31.199 mortos e 555.383 infectados, o presidente aceita: “Eu lamento todos os mortos, mas é o destino de todo mundo”. Em 6 agosto: “A gente lamenta todas as mortes, vamos chegar a 100 mil, mas vamos tocar a vida e se safar desse problema” (CARVALHO, 2020, p. A6).

Ou seja, como o Presidente parece mobilizar a pulsão de morte (Tânatos), aceita que os brasileiros morram, o que “é o destino de todo mundo”, embora queira “se safar”. Parece mais a aceitação da morte alheia. E, com relação a sua própria morte e de sua família? Trata-se de algo que não cogita, sugerindo que, na aparente aceitação das mortes, esteja implícito o seu medo do vírus e da morte. E, mesmo ao “aceitar” as mortes em decorrência do vírus, continua se justificando que todos morrem e que temos um “bem maior que a vida, a nossa liberdade”. E deixa claro seu propósito: “tocar a vida e se safar desse problema” (CARVALHO, 2020, p. A6). Será que tal interação convence os que vão morrer e aos seus familiares?

E volta para nova fase de negação. Em 15 junho, Jair Bolsonaro contesta as 43.959 mortes, ao dizer que o número de mortes “não condiz com a realidade. Muita gente falece de várias comorbidades e, entre elas, o Covid”, como se não houvesse 888.271 infectados pelo vírus. E apesar de, em 7 de julho de 2020, ter dito que contraiu o vírus, continua numa postura negacionista, defendendo hidroxicloroquina, que diz estar tomando para sua autocura. Interage, em 12 de julho de 2020, preocupado com efeitos colaterais da economia “desemprego, sem renda, recessão” (CHAIB; CARVALHO, 2020).

Em 15 de outubro, mais de 151 mil mortes, mais de 5 milhões de brasileiros contraíram o vírus. Referindo-se aos “desvios de recursos públicos destinados ao combate à pandemia” por parte do vice-líder de seu governo, Bolsonaro declara que: “De vez em quando a pessoa faz malversação do dinheiro público.” (WETERMAN, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interação do presidente da República parece contribuir para aumentar o medo da pandemia e das mortes, causar tristeza, sentimento de culpa e aflição diante da realidade de mais de 151 mil mortos e 5.140.863 casos confirmados com o vírus em 15 de outubro, evidenciando-se a falta de ação efetiva do governo federal. Uma das possíveis razões é apresentada pelo site de verificação de fake news Aos fatos: “o Presidente proferiu mais falas falsas ou distorcidas ao dar declarações espontâneas durante entrevistas e transmissões ao vivo

nas redes sociais”, ou seja, em sua comunicação interativa há “60,6% das declarações consideradas falsas ou distorcidas” (RIBEIRO; CUNHA, 2020). E, quando Bolsonaro sugere agir, trata-se de sugerir a invasão de hospitais para ver se há leitos disponíveis, insinuar que os dados são falsos, entre outras interações questionáveis, ou destacar sua preocupação com a economia.

Por outro lado, com relação à tipologia interativa de Jones e Gerard (1967), a interação de Bolsonaro em 5 de junho, quando não divulga os dados de mortes sob a alegação de “é para pegar dado mais consolidado” (BATISTA, 2020), pode ser considerada a “contingência reativa” que domina quando o plano de comportamento respectivo do parceiro da interação (Bolsonaro) tenta encobrir a reação momentânea ao que acaba de ser dito ou feito (o número de mortos, infectados). A imprevisibilidade torna-se orientada pelo momento e impede tentativas do cidadão de expressar seu plano de comportamento.

A “contingência recíproca” domina o esforço de orientar a reação do cidadão de acordo tanto com o próximo plano de comportamento, quanto reage às percepções momentâneas, como a interação Bolsonaro em 15 de junho: [as mortes] “Não condizem com a realidade. Muita gente falece de várias comorbidades e, entre elas, o Covid” (CARVALHO, 2020, p. A6), com relação à reação dos cidadãos desaprovando as ações interativas de Bolsonaro. As consequências

são que tal interação pode prejudicar o social, em que cada um seria enriquecido pelo outro, ou pode conduzir à débâcle, a uma hostilidade mútua e crescente, com que ninguém se beneficia. Qualquer que seja o conteúdo do processo de interação, há subjacente uma mistura de resistência dual e de mudança mútua que distingue a contingência recíproca de outros tipos de interação (JONES; GERARD, 1967, p. 512).

O fato de o processo de interação comunicativa de quem ocupa a presidência brasileira estar registrado jornalisticamente, e disponível on-line na Web, permitiu-nos analisar discursivamente como o Presidente brasileiro se comporta diante de uma ameaça pandêmica global que causa mortes em massa, e ocasionou uma ruptura na representação social da realidade, e que pode ser relacionada a:

- (i) uma postura contraditória entre a interação presidencial e a comunicação oficial do Estado para fazer frente ao desafio do Covid-19, tendo-se evidenciado contradição entre a comunicação oficial (Lei n.º 13.979) e a interação negacionista do Presidente;
- (ii) falta de coordenação das ações, pela incapacidade de interagir com prefeitos, governadores e demais instituições, poderes e grupos representativos de forma a unir o país e fazer frente aos desafios da pandemia;
- (iii) a desmobilização do Ministério da Saúde com a demissão de dirigentes com expertise na área de saúde e técnicos capazes, substituídos por militares leigos

e sem conhecimento na área de saúde, o que contribui com mais mortes pela pandemia;

- (iv) sua incapacidade de interagir comunicativamente para fazer frente à ameaça virótica, o que se sugere ao avaliarmos as competências interativas de comunicação do presidente;
- (v) um paradoxal medo de enfrentar a pandemia. O “pânico demonstrado” (ŽIŽEK, 2020) em sua interação é sugerido por seu aparente medo de enfrentar a pandemia, a partir da análise discursiva de suas interações.

Tais constatações permitem sugerir que a postura do Presidente brasileiro é equivocada, o que pressupõe que se adotasse uma comunicação adequada poderia mobilizar forças para enfrentar, de forma conjunta com os estados e municípios, e adotar interações voltadas à conciliação e à busca de soluções. Assim poderia melhor enfrentar interativamente a pandemia.

Seu insucesso interacional se reflete tanto na má recepção de sua fala, quanto no número crescente de mortos e infectados. Ao não apoiar a ação do Estado (Lei), afirmar que “lamenta todas as mortes” e, ao mesmo tempo, propõe: “tocar a vida e se safar desse problema” (CARVALHO, 2020, p. A6), demonstra não se importar com a pandemia, que provocou mais de 151 mil mortes, levou mais de 5 milhões de brasileiros a contraírem o vírus (15 outubro). Diante disso o questionamento que fica é: poder-se-ia falar em banalização da morte?

REFERÊNCIAS:

BATISTA, E. L. Veja quais são os dados sobre coronavírus que governo vem retirando de divulgações. Folha de S. Paulo, São Paulo, 6 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/veja-quais-sao-os-dados-sobre-coronavirus-que-governo-tem-retirando-de-divulgacoes.shtml>. Acesso em 29.9.2020.

BRAGA, J. L. Comunicação, disciplina indiciária. MATRIZES n. 2, abril 2008, p. 74-88.

BRASIL. Poder Legislativo. Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 7 fev. 2020.

CARVALHO, D. Relembra frases de Bolsonaro sobre a pandemia. Folha de S. Paulo, São Paulo, sáb., 19 set. 2020, p. A6.

CASTANHO, L.; BALAGO, R. Mundo chega a 1.000.000 de mortos pelo coronavírus. Folha de S. Paulo, São Paulo, 28 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/09/mundo-chega-a-1000000-de-mortos-pelo-coronavirus.shtml>. Acesso em 29.9.2020.

CHAIB, J.; CARVALHO, D. 'E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre recorde de mortos por coronavírus. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-recorde-de-mortos-por-coronavirus.shtml>. Acesso em 29.9.2020.

DUARTE, J. Instrumentos de comunicação pública. In: _____. (Org.) Comunicação pública: estado, mercado, sociedade. São Paulo: Ed. Atlas, 2007, p. 59-71.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: Ed. UnB, 2001.

FERNANDES, T. Bolsonaro contraria consenso científico e diz que isolamento foi inútil contra Covid-19. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/bolsonaro-contraria-consenso-cientifico-e-diz-que-isolamento-foi-inutil-contracovid-19.shtml>. Acesso em 29.9.2020a.

_____. Bolsonaro volta a provocar aglomeração após país ultrapassar 6 mil mortos por corona vírus. Folha de S. Paulo, São Paulo, 2 mai. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/bolsonaro-volta-a-provocar-aglomeracao-apos-pais-ultrapassar-6-mil-mortos-por-coronavirus.shtml>. Acesso em 29.9.2020b.

FIORIN, J. L. Operações discursivas do discurso da extrema-direita. *Discurso & Sociedad*, Vol. 13(3), 2019, 370-382 382.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 143-179.

GREIMAS, A. J.; LANDOWSKI, E. *Análise do discurso em Ciências Sociais*. São Paulo: Global, 1986.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1983.

JONES, E. E.; GERARD, H. B. *Foundations of social psychology*. New York: Wiley, 1967.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

MATOS, H. Comunicação Pública: Democracia e Cidadania: o caso do legislativo. XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação INTERCOM, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/783e6552ae7775c83c58acadcbd0563e.PDF>. Acesso em 29 set. 2020.

_____. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, J. (Org.) *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade*. São Paulo: Ed. Atlas, 2007, p. 47-58.

RIBEIRO, A.; CUNHA, A. R. Bolsonaro deu 653 declarações falsas ou distorcidas sobre Covid-19 em seis meses de pandemia. *Aos fatos*, São Paulo, 11 set. 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-deu-656-declaracoes-falsas-ou-distorcidas-sobre-covid-19-em-seis-meses-de-pandemia/>. Acesso em 2 nov. 2020

UHRY, R. *Estratégias de comunicação interativa*. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

URIBE, G.; CARVALHO, D. Centralizador, Bolsonaro acumula desgaste para frear ministros e até Mourão. Folha de S. Paulo, São Paulo, 28 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/centralizador-bolsonaro-acumula-desgaste-para-frear-ministros-e-ate-mourao.shtml>. Acesso em 2 nov. 2020
